



CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

SC Parcerias e Participações S.A.

2023

Ano base 2022

APRESENTAÇÃO: CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conformidade com a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Artigo 8º, incisos I e III, foi elaborada a presente Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. A Carta contempla a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas da empresa SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para a sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações, referente ao ano base de 2022, estão detalhadas a seguir.

ÍNDICE:

APRESENTAÇÃO: CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS	2
ÍNDICE	3
1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	4
1.1 INTERESSE PÚBLICO	5
1.2 ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS	5
2 GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
2.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	9
2.2.1 Produtos e serviços comercializados	9
2.2.2 Receita e lucro por segmento	13
2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	15
2.3.1 Demonstrações Financeiras	15
2.3.2 Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios	15
2.4 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	16
2.5 FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO	19
2.5.1 Matriz de riscos	19
REFERÊNCIAS	21

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Quadro 01 - Apresentação da SCPAR.

Identificação Geral	SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR
CNPJ:	07.293.552/0001-84
Endereço	Rodovia SC 401 - km. 5, nº 4.600 – bloco 4, 2º piso, Saco Grande, Florianópolis – SC
Tipo Estatal:	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador:	Estado de Santa Catarina
Tipo societário:	Sociedade Anônima
Tipo de Capital:	Capital Fechado
Abrangência de Atuação:	Nacional
Diretor de Gestão e Finanças:	Jeferson Machado
Audidores Independentes atuais da empresa:	Audimec Auditores
Conselheiros Fiscais atuais da empresa:	Júlio Cesar Bernardi Cogo Sérgio Tadeu Macagnan Rogéria Pereira Machado
Administradores	Presidente: Marcelo Werner Salles Vice-presidente: Marcelo Mendes Gisele de Faria Mário Povia Alexandre Amin Salum Júnior Luciane Corezzolla Decarli Sydney Hercílio da Rosa Rodrigo Mattos Moro Gean Carlos Fermino Diretor Presidente: Alexandre Amin Salum Júnior Diretor: Jeferson Machado Diretor: Gerson Luiz Schwerdt Diretor: Eduardo Antônio Sausen
Data da Divulgação Demonstrações Financeiras do Ano de 2022:	27/04/2023

1.1 INTERESSE PÚBLICO

A SCPAR é uma empresa de Economia Mista que atua no apoio à geração de investimentos no Estado de Santa Catarina com foco no setor portuário, onde detém o controle dos portos delegados de Imbituba, São Francisco do Sul e a gestão direta do Porto de Laguna, desenvolvendo neste último a função de Autoridade Portuária. Dessa forma, contribui diretamente para o desenvolvimento econômico e social catarinense.

O interesse público subjacente às atividades desenvolvidas pela Companhia está retratado em seus elementos estratégicos, especialmente nos seus valores norteadores, a saber:

- Excelência nos serviços;
- Zelo pelos ativos públicos;
- Foco em resultados;
- Valorização dos colaboradores;
- Gestão transparente.

1.2 ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

De forma a contribuir com as políticas públicas do Estado de Santa Catarina, assim como do Governo Federal, a SCPAR tem como objeto social, conforme descrito no Art. 4º de seu Estatuto Social:

- I. Promover a geração de investimentos no território catarinense;
- II. Promover e executar programa de parcerias e investimentos do Estado;
- III. Comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de outras empresas públicas ou privadas; e
- IV. Desenvolver e gerenciar projetos estratégicos de Governo.

E para cumprir os objetivos expressos acima, a Companhia poderá, de acordo com Art. 5º de seu Estatuto Social:

Estruturar ou participar de operações de mercado financeiro e de capitais, bem como outras modalidades de negócio que visem à promoção de investimentos, entre outros, em:

- I - aeroportos, inclusive seus acessos;
- II - educação, saúde, segurança pública e turismo;
- III - empreendimentos imobiliários e habitacionais;
- IV - geração e transmissão de energia;
- V - logística de todos os modais;
- VI - parques tecnológicos de inovação, ciência e tecnologia;
- VII - portos, marinas e obras costeiras;
- VIII - rodovias;
- IX - saneamento básico;
- X - sistemas de mobilidade urbana; e
- XI - telecomunicações, transmissão de dados e tecnologia da informação.

A empresa poderá ainda:

- I - celebrar com a Administração Pública Direta e Indireta os contratos que tenham por objeto: a) a elaboração de estudos técnicos, projetos, prestação de serviços; b) a locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão ou permissão de uso ou outra modalidade onerosa de alienação de ativos, equipamentos, instalações ou outros bens, vinculados ou não a projetos de parcerias público-privadas, de concessão ou de permissão;
- II - assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos contratos de que trata o inciso I deste artigo;
- III - contratar a aquisição de instalações e equipamentos, bem como a sua construção ou reforma, pelo regime de empreitada, para pagamento a prazo, que poderá ter início após a conclusão das obras, observada a legislação pertinente;
- IV - contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão de uso ou outra modalidade onerosa, de instalações e equipamentos ou outros bens integrantes de seu patrimônio;
- V - contrair empréstimos e emitir títulos, nos termos da legislação em vigor;
- VI - emitir e distribuir valores mobiliários, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- VII - prestar garantias reais, fidejussórias e contratar seguros;
- VIII - explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;
- IX - contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, bem como com organismos de fomento multilaterais e do terceiro setor;
- X- integralizar cotas em fundos de qualquer natureza; e
- XI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades.

A SCPAR, além de explorar e administrar os três portos organizados delegados ao Estado, através de suas duas subsidiárias integrais e de uma filial (Porto de Laguna), utiliza seu qualificado pessoal para prestar serviços técnicos à Secretaria de Estado da Fazenda no âmbito da Diretoria de Desestatização e Parcerias.

Neste sentido, atua a SCPAR na geração de investimentos através do suporte técnico operacional à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) na Estruturação de projetos de desestatização de serviços públicos, precedidos ou não de obra pública (nas modalidades comum, patrocinada e administrativa) e estruturação de projetos para alienação de ativos (participações acionárias em empresas, estatais ou privadas, pertencentes ao estado e imóveis).

A companhia pode ainda alargar a sua atuação através de suporte técnico especializado na Atração de Investimentos Privados empresariais, por atuar desde a sua criação lado a lado à iniciativa privada, sendo reconhecida nacionalmente como um ponto de apoio ao empreendedor, tanto pela iniciativa privada como por seus pares em outros estados e no Governo Federal.

Em um movimento inverso ao processo de desestatização pelo qual passa a administração pública brasileira, é crescente o movimento de criação de Agências de Atração de Investimentos e Estatais que apoiam a estruturação de projetos de PPP e Concessão.

A iniciativa privada tende a apoiar a criação, uma vez que a expertise e agilidade na prestação destes serviços públicos geram melhorias significativas no ambiente de negócio nos Estados, facilitando a atração de investimento privado, seja esse para instalação de novas empresas, seja para operação de serviços e ativos públicos delegados.

A atuação da empresa no segmento portuário tem como objetivo principal garantir a operação contínua dos Portos Delegados ao Estado, mantendo a qualidade dos serviços para que tenham condições de competitividade frente ao mercado. Através do princípio da transversalidade, a SCPAR vem aperfeiçoando a articulação e a uniformização de ações entre a estatal controladora (SCPAR) e estatais controladas (Portos Delegados), propiciando maior efetividade na gestão das instalações portuárias.

A atração de investimentos do setor privado para concessão e arrendamento das áreas disponíveis e serviços nos portos delegados é outro pilar de atuação da empresa, que apoia o desenvolvimento de projetos desse teor e busca a melhoria das operações e otimização das áreas não afetadas às operações. Assim a companhia corrobora com seu objetivo principal de gerar desenvolvimento econômico no território catarinense.

A SCPAR também atua capitalizando empreendimentos públicos ou privados, seja através de participações acionárias direta, fundos de investimentos, ou ainda outras modalidades de capitalização que não sejam financiamentos regulados pelo Banco Central.

Há demandas potenciais que envolvem a Companhia e que dependem de decisão do Acionista Controlador da SCPAR, especificamente em relação ao Programa de Parcerias e Investimentos, à cargo da Secretaria de Estado da Fazenda e de estruturação de um sistema mais eficiente de gestão de pagamentos e recebimentos, a cargo da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O objetivo da companhia é continuar contribuindo com o Estado de Santa Catarina (seu acionista controlador) para o fim de promover e gerar investimentos no território catarinense assim bem como manter e aprimorar a eficiência operacional dos dois portos delegados de Imbituba e São Francisco do Sul, bem como concluir a estruturação do Porto de Laguna através da unificação de sua gestão com a institucionalização do Complexo Portuário Imbituba x Laguna.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A SCPAR está constantemente aprimorando suas práticas de Governança Corporativa, *Compliance* e Gestão de Riscos, especialmente após o advento da Lei Federal nº 13.303 de 2016, conhecida como a Lei das Estatais, que trouxe maior profissionalismo para a gestão pública. Para tanto, a empresa contempla em seu Planejamento Estratégico um objetivo vinculado ao aperfeiçoamento da governança corporativa do Grupo, alinhado com a métrica de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Ademais, a empresa editou normas e regulamentos, alterou seu Estatuto Social para incluir obrigações de boas práticas de gestão.

Além disso, a empresa vem mantendo um canal de denúncias que possibilita o recebimento de delações internas e externas, atrelado à Ouvidoria Interna da empresa, e implementa políticas de gestão de riscos e *compliance*. Destaque para a participação da empresa no Programa de Integridade e Governança da Secretaria Executiva de Integridade e Governança do estado de Santa Catarina.

A SCPAR deu um importante passo na adequação às novas normas e exigências da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com a formulação de documentos e processos, avaliação dos riscos e implementação do programa de conformidade.

Em 2022 melhorias na estrutura organizacional foram realizadas, dentre elas destacamos o CAE conglomerado, que atua em todas as empresas e está subordinado hierarquicamente ao Conselho de Administração de cada empresa, trazendo maior eficiência, segurança, uniformidade do ponto de vista de *Compliance*, controle e gestão de riscos, além de mentoria qualificada para apoio aos CONSAD's.

As boas práticas de governança corporativa incluem, ainda, a aplicação de um regulamento de licitações e contratos, disponível ao público interno e externo, para orientar e normatizar a forma de atuação da empresa perante suas contratações, e de um Comitê de Elegibilidade para atuar preventivamente no que tange ao cumprimento das obrigações mínimas do perfil de seus administradores e conselheiros fiscais no cumprimento das exigências previstas na Lei 13.303/2016. A empresa também aprimorou seus métodos de transparência, com a divulgação ao público externo da integralidade de informações relativas às licitações, contratos, demonstrativos financeiros, dentre outros.

A SCPAR também possui um Código de Conduta e Integridade para orientar todos os colaboradores e gestores a atuarem com uma compreensão clara dos valores a serem seguidos no âmbito de atuação dos negócios da empresa, trazendo orientações para o comportamento pessoal e profissional sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude.

Ainda em 2022, instaurou-se uma Comissão mista composta por membros do grupo econômico SCPAR contendo membros da SCPAR Porto de Imbituba, SCPAR Holding e SCPAR Porto de São Francisco do Sul. Tal comissão tinha o objetivo de criar um Regimento Interno e um Plano de Cargos Comissionados, trabalho iniciado já em 2021 e concluído em 2022. Tendo sido aprovados pelas instâncias internas de validação e amplamente divulgados aos colaboradores.

Por fim, a empresa também está tomando medidas para alteração de sua estrutura organizacional e a criação de um setor e função atinente à Gestão de Riscos, Integridade e *Compliance*. Com isso, a empresa dará um passo importante em termos de boas práticas de Governança Corporativa. A ideia é seguir qualificando-se a partir do corpo técnico e gestor para que, a partir disso, a cultura organizacional siga no sentido de adotar tais práticas como comuns no ambiente da empresa.

2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O quadro a seguir demonstra as atividades desenvolvidas pela SCPAR, bem como seus principais clientes.

Quadro 2 – Serviços SCPAR

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES
----------	----------------------	---------------------

Participações Acionárias	Atuação nas empresas investidas, por meio da participação nos Conselhos de Administração, com o direcionamento estratégico, adotando regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno.	SCPAR Porto de Imbituba S.A. SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. Sapiens Parque S.A. TAC - Motors Automotiva Catarinense S.A. Fundo SC-FIP Capital Semente Inovação
Estruturação de projetos de desestatização	Apoio operacional no desenvolvimento e gerenciamento de projetos de desestatização, contemplando as parcerias público-privadas (PPPs), previstas na Lei 11.079/2004, as concessões regulamentadas pela Lei 8.987/1995, as privatizações e demais alienações de ativos do Estado de Santa Catarina, onde são realizados estudos técnicos e jurídicos, bem como a modelagem dos processos de desestatização.	Secretarias de Estado e órgãos da administração direta e indireta do Governo de Santa Catarina.
Gestão Portuária	Apoio na modernização das práticas de gestão e na administração dos empreendimentos portuários, com vistas a garantir sua eficiência. Operação direta de empreendimento portuário.	SCPAR Porto de Imbituba S.A. SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. SCPAR Porto de Laguna

2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

2.3.1 Desempenho das Subsidiárias e Filial (SCPAR Porto de São Francisco do Sul, SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto de Laguna)

As subsidiárias da companhia, SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto de São Francisco do Sul, conquistaram grandes marcas em relação ao ano anterior. O ano de 2022 consagrou as atividades portuárias em Imbituba com a movimentação recorde histórica de 7.122 (sete milhões, cento e vinte e duas mil) toneladas movimentadas, representando um leve crescimento em aproximadamente 3% em relação ao ano imediatamente anterior. Em 2022 a SCPAR Porto de São Francisco do Sul obteve excelentes resultados operacionais, apesar do impacto na produção agrícola causada pela seca. A movimentação total de cargas ultrapassou a marca de 12,6 milhões de toneladas. A eficiência nas operações possibilitou que 468 navios atracassem no Porto de São Francisco do Sul em 2022.

No aspecto econômico-financeiro, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. encerrou o ano de 2022 com um lucro líquido de R\$ 103.071.075,91 (cento e três milhões e setenta e um mil e setenta e cinco reais e noventa e um centavos), impulsionado fortemente pelo reconhecimento contábil do trânsito em julgado da ação de tributária n. 5002780-94.2016.4.04.7216 10 453 SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em face da União Federal, em que foi reconhecido a Imunidade Tributária Recíproca da companhia em relação aos impostos de natureza federal, em razão de suas atividades constituírem

serviço público por essência, repercutindo em seu resultado a não mais incidência de Imposto de Renda, bem como a repetição do indébito a ser exercido pela companhia na ordem de R\$ 79.943.138,68 (Setenta e nove milhões, novecentos e quarenta e três mil, cento e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos). A Receita Operacional Líquida apresentou crescimento de cerca de 13% em relação ao ano de 2021, registrando a quantia total de R\$70.616.000,00 (setenta milhões, seiscentos e dezesseis mil reais) no ano de 2022.

A SCPAR Porto de São Francisco do Sul, por sua vez, encerrou o ano de 2022 com lucro de R\$5.953.117,23 (cinco milhões novecentos e cinquenta e três mil cento e dezessete reais e vinte e três centavos), sendo que, se considerarmos apenas o resultado Operacional, o valor é de R\$ 621.585,08 (seiscentos e vinte e um mil quinhentos e oitenta e cinco reais e oito centavos), representando, este último valor, um percentual de 10,44% (dez inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento) do lucro total do exercício. A Receita Operacional totalizou o montante de R\$108.120.524,98 (Cento e oito milhões cento e vinte mil quinhentos e vinte e quatro reais e noventa e oito centavos), este valor representou 90,25% (noventa inteiros e vinte cinco centésimos por cento) da receita líquida total da empresa.

O resultado de 2022 foi afetado pela seca que comprometeu a produtividade agrícola, fenômeno este que prejudicou a produção de soja, que fez com que a movimentação desse grão diminuísse em relação ao exercício anterior, caindo de 5,2 milhões de toneladas para 3,1 milhões em 2022. A queda na movimentação dos grãos só não foi maior, graças ao aumento na exportação do milho em grãos, que saltou de 320 mil toneladas em 2021 para 1,6 milhões de toneladas em 2022. Por outro lado, a movimentação geral só não foi menor, em virtude da importação de fertilizantes que aumentou de 2,5 para 2,9 milhões de toneladas de um exercício para outro.

Por fim, na filial Porto de Laguna, assumida pela SCPAR em 16/10/2019, em 2022, foram descarregadas 4.147 toneladas de pescados e foram atendidas 376 embarcações. Embora tenhamos atendido 25% a menos de barcos, o volume de pescado caiu apenas 6% em comparação com o ano anterior, demonstrando, portanto, que os barcos que operaram em Laguna tinham em seus porões mais peixes do que no ano anterior. A queda do valor total das descargas ocorreu devido à greve dos pescadores nos primeiros 15 dias da safra da sardinha. Ressalta-se que a safra da sardinha é muito importante para o porto, tendo em vista que representa aproximadamente 50% do volume anual de descarga. No ano de 2022 o Porto de Laguna teve um faturamento de R\$1.029.510,56.

2.3.2 Desempenho SCPAR

No exercício de 2022 a SCPAR apresentou um Lucro de R\$13,5 milhões, ante um resultado positivo de R\$17,7 milhões em 2021. Este lucro é decorrente do resultado positivo da equivalência patrimonial na investida Sapiens Parque.

No que diz respeito aos portos de Imbituba e São Francisco do Sul, a empresa tem direito a receber os dividendos obrigatórios das controladas. Contudo, por força do contrato de Delegação da administração dos portos, a SCPAR necessita reinvestir essa receita em atividades/estruturas/demandas exclusivas destes portos. Após a apuração de resultados dos portos referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022 a SCPAR deverá receber, respectivamente, a título de dividendos, os valores de R\$2.595.346,90, R\$3.220.564,50 e R\$ 25.767,768,98, totalizando a receber da SCPAR Porto de Imbituba o montante de R\$ 31.583.680,38, sendo que a SCPAR Porto de São Francisco do Sul a SCPAR deverá receber também dividendos, referentes aos

anos 2019, 2020 e 2022, respectivamente, os valores de R\$ 979.006,8, 524.621,79 e 1.488.279,30, totalizando R\$2.991.907,90.

A filial SCPAR Porto de Laguna, apesar de apurar receita no valor de R\$1,0 milhão, apresentou resultado negativo de R\$3,1 milhões devido à necessidade de investimentos e custeio operacional.

Quanto às participações acionárias, um fato relevante foi a redução do capital social por excesso por meio da devolução das 133.017.850 (cento e trinta e três milhões, dezessete mil, oitocentos e cinquenta) ações, que a SCPAR possui junto à CASAN, ao acionista Estado de Santa Catarina, realizado em 29/09/2021.

O Sapiens Parque S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 11,2 milhões, superior ao de 2021, que havia sido de R\$ 8,2 milhões. O resultado positivo foi refletido na equivalência patrimonial apontada nas demonstrações contábeis da companhia.

A SCPAR também possui participações acionárias na TAC Tecnologia Automotiva Catarinense, cujo valor importa em R\$6,2 milhões; na Rossin Automotiva S/A, com valor de R\$2,5 milhões; e na Proeza Automotiva S.A., cujo valor importa em R\$0,4 milhões. As referidas participações acionárias foram provisionadas como perda na realização de participações no valor total de R\$9,1 milhões, e que foram interpostas ações judiciais na 3ª Vara Cível da Capital, da SCPAR contra as empresas, com vistas à recuperação das perdas apontadas.

As atividades desenvolvidas junto à investida INVESC não provem receitas a SCPAR.

Outros ingressos financeiros da empresa foram decorrentes de investimentos avaliados pelo patrimônio líquido e receita financeira, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Investimentos e Receitas recebidos/à receber referente ao ano 2022

Investimentos	Retorno de investimento ou Receita (R\$)	Percentual do ingresso financeiro total (%)
Participações acionárias - Dividendos		
SCPAR Porto de Imbituba S.A.	3.220.564,50	27,58%
SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.	524.621,79	4,49%
Subtotal	3.745.186,29	32,08%
Receita Operacional		
SCPAR Porto de Laguna	1.029.151,78	8,81%
Consultoria	1.604.518,44	13,74%
Subtotal	2.633.670,22	22,56%
Aplicações financeiras	4.840.110,10	41,46%
Juros Auferidos	6.054,89	0,05%
Varição monetária ativa	445.517,33	3,82%
Rendimentos Fundo SC	4.564,22	0,04%
Subtotal	5.296.246,54	45,36%
TOTAL	11.675.103,05	100,00%

Fonte: elaborada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da empresa

2.3.3 Demonstrações Financeiras (2022)

A SCPAR auferiu lucro de R\$13.581.644,16 no exercício de 2022, conforme se observa na Tabela 2. Tal resultado é decorrente principalmente devido ao resultado da equivalência patrimonial positiva decorrente da investida Sapiens Parque e da distribuição de dividendos do Porto de Imbituba.

Tabela 2 – Demonstração do Resultado do Exercício de 2022

	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.258.372,25	1.014.109,92
Prestação de serviços (nota 21)	2.633.670,22	1.182.635,12
(-) Impostos sobre serviços (nota 22)	(375.297,97)	(168.525,20)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(1.121.833,41)	(875.761,74)
Custos dos Serviços	(1.121.833,41)	(875.761,74)
LUCRO BRUTO	1.136.538,84	138.348,18
DESPESAS OPERACIONAIS	(11.758.710,05)	(9.104.530,57)
Despesas Pessoal e Encargos	(6.929.130,93)	(5.300.090,35)
Despesas Gerais e Administrativas	(429.830,56)	(414.568,10)
Honorários da Administração, Conselhos e Encargos	(1.147.821,71)	(1.251.135,29)
Serviços de Terceiros	(3.175.472,08)	(2.104.068,31)
Depreciação	(76.454,77)	(34.668,52)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	19.511.025,64	24.622.177,20
Resultado da Equivalência Patrimonial (nota 11.1)	16.250.461,14	21.461.413,51
Dividendos dos Portos	3.220.564,50	3.119.968,69
Restituição de Seguros		40.795,00
Recuperação de Despesas	40.000,00	
RESULTADOS ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS	8.888.854,43	15.655.994,81
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDOS (nota 23)	4.692.789,73	2.125.857,29
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO	13.581.644,16	17.781.852,10
DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-
Imposto de Renda Sobre Lucro	-	-
Contribuição Social Sobre Lucro	-	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO do EXERCÍCIO	13.581.644,16	17.781.852,10
Lucro/Prejuízo por Ação	0,06	0,07

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras

2.3.4 Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios (2022)

O orçamento de custeio e investimento, aprovado no âmbito do Conselho de administração, a SCPAR Matriz realizou 70% e Filial (Porto de Laguna) realizou 56%, conforme se observa na Tabela 3.

Tabela 3 – Orçamento 2022

Orçamento Matriz			
	Descrição	Previsão de 2022	Realizado 2022
I	SALÁRIOS E ENCARGOS	10.958.554	7.565.746
	TOTAL SALÁRIOS	6.468.949	5.970.131
	TOTAL DE ENCARGOS	4.489.604	1.595.615
II	IMPOSTOS E TAXAS	215.603	261.202
III	DESPESAS OPERACIONAIS	131351,5059	7.810
IV	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	513.557	332.641
VI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.130.159	616.750
VII	DESPESAS FINANCEIRAS	1.793	353.296
	CUSTEIO	12.951.017	9.137.445
	INVESTIMENTOS	545.000	327.898
	TOTAL CUSTEIO E INVESTIMENTOS	13.496.017	9.465.343
Percentual realizado			70%

Orçamento Laguna			
	Descrição	Previsão de 2022	Realizado 2022
I	SALÁRIOS E ENCARGOS	462.039	511.206
	TOTAL SALÁRIOS	266.377	385.892
	TOTAL DE ENCARGOS	195.662	125.315
II	IMPOSTOS E TAXAS	222.000	5.423
III	DESPESAS OPERACIONAIS	76.201	0
IV	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	755.811	145.485
VI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.537.038	3.680.555
VII	DESPESAS FINANCEIRAS	1.793	3.885
	CUSTEIO	4.054.882	4.346.554
	INVESTIMENTOS	6.165.000	1.398.009
	TOTAL CUSTEIO E INVESTIMENTOS	10.219.882	5.744.563
Percentual realizado			56%

2.4 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresenta-se, a seguir, a descrição da composição e da remuneração da administração do exercício social de 2022, 2021 e 2020:

Quadro 3 – Remuneração 2022

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2022 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. Nº total de membros	2	8	3	3
b. Nº de membros remunerados	2	8	3	3
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	353.275,35	253.676,16	95.128,56	95.128,56
Benefícios diretos e indiretos*	42.345,10**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	0,00***	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	10.530,49	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	14.979,31	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	395.620,45	253.676,16	95.128,56	95.128,56

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis

Quadro 4 – Remuneração 2021

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2021 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. N° total de membros	3	7	2	1
b. N° de membros remunerados	3	7	2	1
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	609.374,48	253.676,16	63.419,04	31.709,52
Benefícios diretos e indiretos*	47.316,00**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	0,00***	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	8.018,68	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	13.723,41	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	656.690,48	253.676,16	63.419,04	95,128,56

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis.

Quadro 5 – Remuneração 2020

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2020 – valores anuais

Carta de Governança e Políticas Públicas - 2023 - Página 16 de 19

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. N° total de membros	3*	8	2	3
b. N° de membros remunerados	3*	8	2	3
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	609.374,48	253.676,16	63.419,04	95.128,56
Benefícios diretos e indiretos*	47.316,00**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	2.400,00***	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	8.018,68	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	13.723,41	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessaçã o do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	656.690,48	253.676,16	63.419,04	95.128,56

*No início do exercício constavam 5 membros na Diretoria Estatutária e 8 membros no Conselho de Administração.

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis.

2.5 FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

2.5.1 Matriz de riscos

A Análise de Riscos Institucional advinda da Estratégia de Longo Prazo: 2023-2027 da SCPAR detêm os macro fatores de risco aplicáveis ao negócio da empresa, bem como sua macroestrutura de controle e gerenciamento desses riscos. Tal análise pode ser observada por meio do quadro abaixo:

Quadro 6– Análise de Riscos

Objetivo	Risco	Análise	Resposta ao Risco
Promover as parcerias, arrendamentos e concessões	Questionamentos de órgãos contábeis (MP e TCE) aos projetos	Os órgãos de controle são stakeholders diretos dos processos de desestatização, pois fiscalizam e tem o poder de impugnar qualquer projeto de concessão ou privatização.	Construir os processos em atendimento a todas as orientações dos órgãos de controle, como portarias, resoluções e instruções normativas. Além disso, estreitar o relacionamento da SCPAR com o TCE-SC por meio de visitas à entidade para debater os processos de desestatização do estado de Santa Catarina.
Garantir a eficiência da operação portuária	Perda da delegação	A perda de delegação pode decorrer do não cumprimento por parte do Estado dos requisitos exigidos pelo Governo Federal no Convênio de Delegação.	Demonstrar a melhoria na gestão dos portos delegados; demonstrar a contribuição econômica e social dos portos para o Estado de SC, por meio de evidências objetivas. Realizar um controle efetivo das obrigações exigidas nos convênios de delegação.
Garantir a eficiência da operação portuária	Crescimento dos portos privados concorrentes, que possuem melhores tecnologias e maior poder de investimento.	Os portos privados possuem mais liberdade de negociação tarifária; não se submetem aos ditames legais nos processos de arrendamentos; fazem gestão voltada para resultados; e tem capacidade de investimento.	Modernizar os portos de interesse público; fazer gestão voltada para resultados; estabelecer política comercial, com ampliação dos arrendamentos e atração de novas cargas.

REFERÊNCIAS

_____. **Estratégia de Longo Prazo da SC Participações e Parcerias: 2023-2027.** Disponível em: <<http://transparencia.scpa.r.sc.gov.br/scpa.r/gestao/planos-relatorios-e-indicadores/estrategia-de-longo-prazo>>. Acesso em: 10 set. 2021.

_____. **Plano de Negócios Anual 2022.** Disponível em: <http://transparencia.scpa.r.sc.gov.br/scpa.r/gestao/planos-relatorios-e-indicadores/plano-de-negocios-anual>>. Acesso em: 10 set. 2021.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **4UH40D9C**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCELO WERNER SALLES em 08/09/2023 às 09:40:58

Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/03/2021 - 08:10:51 e válido até 11/03/2121 - 08:10:51.
(Assinatura do sistema)



ALEXANDRE AMIN SALUM JUNIOR (CPF: 507.XXX.339-XX) em 08/09/2023 às 09:41:21

Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/02/2022 - 14:15:03 e válido até 14/02/2122 - 14:15:03.
(Assinatura do sistema)



MÁRIO POVIA em 08/09/2023 às 09:48:41

Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/03/2021 - 08:11:30 e válido até 11/03/2121 - 08:11:30.
(Assinatura do sistema)



GISELE DE FARIA (CPF: 003.XXX.469-XX) em 08/09/2023 às 09:56:21

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/02/2019 - 16:16:28 e válido até 28/02/2119 - 16:16:28.
(Assinatura do sistema)



GEAN CARLOS FERMINO em 08/09/2023 às 10:57:18

Emitido por: "SGP-e", emitido em 25/04/2023 - 14:07:41 e válido até 25/04/2123 - 14:07:41.
(Assinatura do sistema)



SYDNEY HERCILIO DA ROSA FILHO (CPF: 015.XXX.869-XX) em 05/10/2023 às 08:23:04

Emitido por: "SGP-e", emitido em 18/01/2023 - 14:56:28 e válido até 18/01/2123 - 14:56:28.
(Assinatura do sistema)



LUCIANE COREZZOLLA DECARLI (CPF: 020.XXX.149-XX) em 16/10/2023 às 15:35:50

Emitido por: "SGP-e", emitido em 25/04/2023 - 14:04:06 e válido até 25/04/2123 - 14:04:06.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQVJfMTA1NDJfMDAwMDA5NDVfOTQ1XzlwMjNfNFVINDBEOUM=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPAR 0000945/2023** e o código **4UH40D9C** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.